

**Terra, luta e resistência: a construção da Reforma Agrária Popular no
Assentamento Emiliano Zapata (Uberlândia-MG)**

**Land, struggle, and resistance: the construction of Popular Agrarian Reform in the
Emiliano Zapata Settlement (Uberlândia-MG)**

Maria Izabella Delmunde¹

Luiz Martins Netto²

Janaina Francisca Campos Vinha³

RESUMO

O presente artigo visa analisar a luta pela terra no Assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Uberlândia, Minas Gerais, dentro do contexto da reforma agrária no Brasil. A luta pela terra é um dos principais eixos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que defende a redistribuição da terra como forma de garantir a justiça social, a soberania alimentar e o acesso digno à terra para as famílias camponesas. O estudo foca na trajetória das famílias assentadas, nas dinâmicas de resistência e nas relações de território e poder que envolvem o processo de assentamento. A pesquisa adota a abordagem do materialismo histórico-dialético, compreendendo a luta pela terra como um reflexo das contradições estruturais do capitalismo no campo e das políticas de resistência voltadas para a reforma agrária. Além disso, destaca a agroecologia como prática no assentamento, refletindo a busca por um modelo sustentável de produção agrícola que promova a inclusão social e a preservação ambiental.

Palavras-chave: Reforma agrária Popular, MST, Agroecologia.

ABSTRACT

This article aims to analyze the struggle for land in the Emiliano Zapata Settlement, located in the municipality of Uberlândia, Minas Gerais, within the context of agrarian reform in Brazil. The land struggle is one of the main pillars of the Landless Workers' Movement (MST), which advocates for land redistribution as a means to ensure social justice, food sovereignty, and fair access to land for peasant families. The study focuses on the trajectory of the settled families, the dynamics of resistance, and the relations of territory and power involved in the settlement process. The research adopts the historical-dialectical materialism approach, understanding the struggle for land as a reflection of the structural contradictions of capitalism in rural areas and the policies of resistance aimed at agrarian reform. Furthermore, it highlights agroecology as a practice within the settlement, reflecting the pursuit of a sustainable agricultural production model that promotes social inclusion and environmental preservation.

¹ Graduanda do curso de Geografia, Universidade Federal Triângulo Mineiro, d202310912@uftm.edu.br

² Graduando do curso de Geografia, Universidade Federal Triângulo Mineiro, d202310931@uftm.edu.br

³ Doutora, Docente do curso de Geografia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, janaina.vinha@uftm.edu.br

Keywords: Land struggle, MST, Agrarian reform.

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS

A luta pela terra no Brasil é um dos pilares centrais dos movimentos sociais do campo. Entre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que tem como eixo principal a reforma agrária. A reforma agrária, entendida como a redistribuição justa e democrática da terra, visa garantir o acesso à terra para famílias camponesas, promovendo a justiça social, a produção de alimentos saudáveis e a preservação ambiental. No entanto, a reforma agrária no Brasil enfrenta desafios históricos, como a concentração fundiária, a expansão do agronegócio e a falta de políticas públicas eficazes para garantir a permanência das famílias nos assentamentos.

Neste artigo, o foco recai sobre o Assentamento Emiliano Zapata, localizado em Uberlândia, Minas Gerais, analisando o percurso das famílias até a conquista da terra e evidenciando as relações entre território, luta e resistência. O Assentamento Emiliano Zapata, criado em 2004 a partir da desapropriação da antiga Fazenda Santa Luzia, é um dos 15 assentamentos existentes em Uberlândia e um dos onze organizados pelo MST no Triângulo Mineiro. Com uma área de 645 hectares, abriga 25 famílias que, em sua maioria, participaram ativamente do movimento em setores como saúde, educação, produção e infraestrutura. Essas famílias enfrentaram um longo processo de luta, marcado por ocupações, despejos e conflitos, até conquistarem o direito à terra.

O estudo de caso, por sua vez, possibilita uma análise detalhada e contextualizada do Assentamento Emiliano Zapata, destacando-o como um exemplo emblemático das lutas pela reforma agrária no Brasil e das estratégias de resistência lideradas pelo MST. Conforme Minayo (2006, p. 25), "o estudo de caso permite ao pesquisador mergulhar profundamente no contexto social, histórico e político de um fenômeno específico, explorando suas particularidades e complexidades". Essa abordagem possibilita compreender de forma crítica as dinâmicas envolvidas na luta pela terra, valorizando tanto os sujeitos quanto o cenário social e político em que estão inseridos.

O processo de reforma agrária enfrenta desafios que vão além da simples distribuição de terras. No caso do assentamento estudado, observa-se que a luta pela terra está diretamente vinculada à construção de resistências coletivas e ao desenvolvimento de estratégias de resistência. Compreender essa relação entre território, luta e resistência é fundamental para analisar os desafios e as conquistas vivenciadas pelos assentados no

Brasil. O Assentamento Emiliano Zapata constitui um caso emblemático dessa dinâmica, refletindo as tensões e potencialidades da reforma agrária no país.

O método que guia a proposta é o materialismo histórico-dialético. Parte-se da premissa de que o conhecimento não deve ser tratado de forma rígida, e sim em constante mudança, para isso, o pesquisador o estuda a partir de seus diversos aspectos, suas relações e contradições. O materialismo histórico traçará uma linha entre o processo histórico e geográfico da luta pela reforma agrária e das resistências junto aos territórios camponeses. Para tanto, é preciso compreender os seus projetos e as suas práticas, concebendo a reforma agrária, suas contradições e desafios frente à expansão do capitalismo no campo. Essa perspectiva proporciona o entendimento da reforma agrária como processo social, entrelaçando a luta pela terra e a formação do território camponês em meio à realidade do Assentamento Emiliano Zapata.

Essa proposta metodológica permite integrar a análise das experiências locais dos assentados com uma visão mais ampla do contexto da reforma agrária, considerando tanto as dimensões estruturais quanto as práticas cotidianas de resistência e organização comunitária. Dessa forma, a combinação entre estudo de caso e análise documental e bibliográfica oferece uma compreensão mais completa dos desafios e conquistas dos trabalhadores rurais assentados, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a luta pela terra e a construção de identidades camponesas no Brasil.

A pesquisa foi realizada por meio de uma análise qualitativa que abrangeu documentos, análise bibliográfica e entrevistas. O foco foi em fontes que possibilitam uma compreensão do Assentamento Emiliano Zapata e do contexto da reforma agrária no Brasil. Para a análise do Assentamento Emiliano Zapata, foram utilizadas como principais referências a tese de mestrado intitulada "A Territorialização do MST no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o Assentamento Emiliano Zapata no Contexto das Políticas Públicas: (Des)encontros, Desafios e Conquistas", de Wesley Alves Vieira, que oferece um estudo detalhado sobre a trajetória do MST na região e os desafios enfrentados pelas famílias assentadas.

Já a contextualização histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi fundamentada no artigo "O MST e as Reformas Agrárias no Brasil", de Bernardo Mançano Fernandes, que analisa o papel do movimento na luta pela terra e na construção de alternativas para a agricultura camponesa. Além disso, foi utilizado o texto "A Questão Agrária no Brasil", baseado nas aulas do Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira,

que fornece uma análise crítica sobre a estrutura fundiária brasileira e os conflitos agrários.

Para a análise da estrutura agrária brasileira e suas repercussões econômicas, foram consultados dados institucionais provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do DATALUTA (Banco de Dados das Lutas por Espaços e Território), os quais oferecem informações atualizadas sobre a concentração fundiária e os processos de reforma agrária e luta pela terra no país.

Além dessas fontes principais, foi realizada uma revisão bibliográfica, que incluiu artigos acadêmicos, publicações em periódicos e relatórios institucionais, com o objetivo de ampliar a compreensão sobre o tema. Essa abordagem permitiu uma análise crítica e contextualizada da reforma agrária no Brasil, destacando o papel do MST na luta pela terra e na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento rural.

A reforma agrária no Brasil, especialmente no contexto do MST, não se limita à distribuição de terras. Ela envolve a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na agricultura familiar, na agroecologia e na soberania alimentar. No entanto, os assentamentos enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura, a dificuldade de acesso a políticas públicas de assistência técnica e crédito, e a pressão do agronegócio, que busca expandir suas fronteiras sobre áreas destinadas à reforma agrária.

No caso do Assentamento Emiliano Zapata, as famílias assentadas desenvolveram estratégias de resistência e organização coletiva para superar esses desafios. A produção de alimentos saudáveis, a organização comunitária e a luta por políticas públicas mais eficazes são algumas das práticas que caracterizam a vida no assentamento. Além disso, o MST tem desempenhado um papel fundamental na formação política e técnica dos assentados, fortalecendo a luta pela terra e a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural.

Ao explorar as especificidades do Assentamento Emiliano Zapata, este estudo evidencia como as ações do MST se configuram como um exemplo emblemático de resistência e busca por justiça social no campo brasileiro. A luta pela terra, no contexto do MST, não é apenas uma reivindicação por acesso à terra, mas também uma luta por dignidade, autonomia e um modelo de desenvolvimento que valorize a vida no campo e a sustentabilidade ambiental. O Assentamento Emiliano Zapata, portanto, representa um microcosmo das lutas e conquistas da reforma agrária no Brasil, destacando a importância

da organização coletiva e da resistência frente aos desafios impostos pelo capitalismo no campo.

2. REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: considerações gerais

Desde o período colonial, o Brasil foi marcado por uma estrutura agrária profundamente desigual, com a maior parte das terras concentrada nas mãos de uma elite latifundiária, enquanto a maioria da população foi sistematicamente excluída do acesso à terra. Esse modelo de concentração fundiária, poder econômico e desigualdade social se manteve por séculos, sem políticas efetivas de redistribuição de terras que beneficiassem a classe trabalhadora rural. Mesmo com a Proclamação da República (1889), a estrutura fundiária permaneceu praticamente inalterada, com grandes propriedades sob o domínio de uma pequena elite, enquanto camponeses pobres eram forçados a migrar para centros urbanos ou a permanecer como trabalhadores precários no campo.

A partir da década de 1930, com a ascensão de Getúlio Vargas, o Estado adotou uma postura mais intervencionista, promovendo mudanças para modernizar o país. Foi nesse contexto que surgiram as primeiras discussões sobre a necessidade de uma reforma agrária. No entanto, durante os governos de Vargas (1930-1945; 1951-1954), não houve uma legislação específica voltada para a reforma agrária, embora medidas como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943 tenham impactado a organização do campo, ainda que excluindo os trabalhadores rurais.

A primeira legislação específica para a reforma agrária surgiu apenas em 1964, com a promulgação do Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/1964), durante o governo militar de Castelo Branco. No entanto, a resposta do Estado à radicalização da luta camponesa foi predominantemente repressiva, com perseguições, violência e a criminalização dos movimentos sociais. Durante a ditadura militar (1964-1985), a reforma agrária foi usada mais como instrumento de controle político do que como uma política efetiva de redistribuição de terras. Enquanto isso, a concentração fundiária se intensificou, e os conflitos no campo se agravaram, com trabalhadores rurais sendo expulsos de suas terras ou submetidos a condições precárias de trabalho.

Na década de 1970, a modernização da agricultura, impulsionada pela Revolução Verde, aprofundou as desigualdades no campo. O modelo do agronegócio, baseado na monocultura e no uso intensivo de agrotóxicos, marginalizou ainda mais os pequenos agricultores e camponeses. Esse cenário de exclusão e violência levou ao fortalecimento

de organizações rurais e à articulação de movimentos que reivindicavam o direito à terra e a reforma agrária.

Foi nesse contexto de resistência e mobilização que, em 1984, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), consolidando-se como uma das principais organizações de luta pela terra no Brasil. O MST emergiu como resposta à persistência da concentração fundiária e à falta de políticas públicas efetivas para a redistribuição de terras, tornando-se um símbolo da luta pela democratização do acesso à terra e por melhores condições de vida no campo.

Um marco simbólico da reforma agrária no país foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu um capítulo específico para a questão fundiária. No Artigo 184, a Constituição determina que "compete à União desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social" (BRASIL, 1988). Apesar desse avanço jurídico, a reforma agrária nunca foi plenamente efetivada, devido à falta de interesse político, à resistência do agronegócio e à burocracia estatal.

Ao longo dos governos democráticos, algumas administrações implementaram medidas significativas. No governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram assentadas 540.704 famílias camponesas (Fundação FHC, 2020), mas, segundo dados do INCRA, 88% dos assentados não tinham energia elétrica, e 81% não contavam com estradas para acesso às terras ou para o escoamento da produção (MST, 2003). Entre 2003 e 2010, durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva, a reforma agrária teve uma fase ativa, mas as metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) não foram plenamente alcançadas. O governo afirmou ter assentado 381.419 famílias (95,3% da meta de 400 mil), segundo a *Tribuna do Paraná* (2007), mas entidades como Contag e MST contestaram esse número, alegando inclusão de famílias já em processos de regularização. Outras metas, como a regularização de 500 mil posses, também não foram totalmente atingidas, evidenciando desafios na consolidação dos assentamentos.

Para estruturar a reforma agrária, o governo federal conta desde 1970 com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criado pelo Decreto-Lei nº 1.110. No entanto, a reforma agrária no Brasil nunca se concretizou de forma efetiva, uma vez que a concentração fundiária continuou predominante e os processos de desapropriação de terras que não cumprem o seu valor social não foram suficientes para transformar a estrutura agrária do Brasil. Por consequência dessas limitações institucionais, os trabalhadores rurais passaram a adotar formas autônomas de resistência, resultando na fundação do MST, em 1984.

O MST rapidamente se tornou a peça central no grande desafio que é a reforma agrária no Brasil, utilizando-se da ocupação de terras para pressionar o governo e evidenciar a necessidade de uma redistribuição fundiária. Ao longo de décadas, o MST não apenas lutou pela desapropriação de terras que não cumpriam sua função social, mas também atuou em defesa da soberania alimentar, na produção agroecológica e na formação política dos assentados. Segundo Fernandes (2008, p. 76), lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato.

Apesar dos avanços da Constituição de 1988 e das políticas públicas implementadas nos governos FHC e Lula, o MST ainda enfrenta desafios significativos para a efetivação da reforma agrária no Brasil. Embora milhares de famílias tenham sido beneficiadas com a criação de assentamentos, muitos deles careciam de infraestrutura básica e acesso a crédito rural. Diante do avanço do agronegócio, a luta por mudanças que garantissem o acesso à terra e melhores condições de vida para as famílias rurais permaneceu urgente e necessária.

2.1 A Reforma Agraria Popular e o Assentamento Rural Emiliano Zapata

A agroecologia tem se consolidado como uma alternativa viável e sustentável ao modelo de produção agrícola convencional, especialmente nos assentamentos ligados a movimentos socioterritoriais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essas práticas não apenas promovem a produção de alimentos saudáveis, mas também fortalecem a soberania alimentar e a sustentabilidade ambiental. No entanto, para compreender plenamente o impacto dessas práticas, é necessário detalhar os alimentos produzidos, as políticas públicas que as apoiam, e os métodos utilizados nos assentamentos. Um exemplo emblemático é o assentamento Emiliano Zapata, que ilustra como a agroecologia pode ser aplicada na prática, gerando impactos positivos tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades locais.

No assentamento Emiliano Zapata, as práticas agroecológicas incluem a produção diversificada de hortaliças (alface, couve, cenoura), frutas (banana, laranja, mamão), grãos (arroz, feijão, milho) e legumes (abóbora, berinjela, pimentão), todos cultivados sem agrotóxicos ou transgênicos. Essa diversificação de cultivos é uma característica marcante da agroecologia, evitando a monocultura e promovendo a resiliência dos sistemas agrícolas. Como afirma Caporal e Costabeber (2004, p. 45), "a agroecologia se

opõe à lógica da Revolução Verde, priorizando a diversidade agrícola e os saberes tradicionais". O assentamento utiliza técnicas como rotação de culturas e consórcios agrícolas para aumentar a produtividade e a saúde do solo. Segundo Fernandes (2005, p. 78), "a rotação de culturas é essencial para evitar a exaustão do solo e reduzir a incidência de pragas". Além disso, o manejo do solo é feito com compostagem e adubação verde, e o controle de pragas é realizado com métodos naturais, como caldas fitossanitárias e plantas repelentes. A água é gerida de forma sustentável, com sistemas de captação de água da chuva e irrigação por gotejamento.

Essas práticas agroecológicas não se limitam ao campo; elas se conectam com políticas públicas que fortalecem a agricultura familiar e promovem a soberania alimentar. O assentamento Emiliano Zapata participa ativamente de programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fornecendo mensalmente 2 toneladas de alimentos orgânicos para escolas públicas de Uberlândia. Segundo Engelmann (2018, p. 112), "o PNAE é uma das principais políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da soberania alimentar". Além disso, o assentamento integra o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), destinando parte da produção para pessoas em insegurança alimentar. Como afirmam Vinha e Schiavinatto (2015, p. 188), "o PAA é um instrumento fundamental para garantir o acesso a alimentos saudáveis e fortalecer os circuitos curtos de comercialização". Essas políticas públicas são essenciais para garantir a comercialização dos produtos agroecológicos e o acesso a alimentos saudáveis para populações em situação de vulnerabilidade.

Outra política importante é a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que oferece assistência técnica e financiamento para práticas sustentáveis, visando "promover a agroecologia como modelo de desenvolvimento rural sustentável" (BRASIL, 2012). Apesar dos cortes orçamentários recentes, a PNAPO foi um marco para o fomento da agroecologia no Brasil, e os assentamentos têm buscado alternativas para manter suas práticas agroecológicas, muitas vezes com o apoio de organizações não governamentais e movimentos sociais.

Com uma área de 50 hectares dedicados à agroecologia, o assentamento Emiliano Zapata produz anualmente cerca de 30 toneladas de alimentos, comercializados em feiras locais e mercados institucionais. Segundo dados do DATALUTA/NATERRA (2020), essa produção é organizada por meio de cooperativas e associações, fortalecendo os circuitos curtos de comercialização. Além disso, o assentamento promove cursos e oficinas sobre agroecologia, capacitando agricultores e a comunidade local. Como afirma Saquet (2007,

p. 32), "o território camponês é um espaço de construção social, onde se desenvolvem práticas que refletem a identidade e a autonomia das comunidades".

As práticas agroecológicas têm impactos significativos tanto no âmbito ambiental quanto social. No aspecto ambiental, a agroecologia promove a conservação do solo, da água e da biodiversidade. A redução do uso de agrotóxicos e a adoção de técnicas sustentáveis ajudam a preservar os ecossistemas locais, especialmente em áreas de conflito com o agronegócio. No aspecto social, a produção agroecológica gera emprego e renda para as famílias camponesas, fortalecendo a economia local. Além disso, a comercialização de alimentos saudáveis em feiras e mercados locais garante o acesso a produtos de qualidade para as comunidades urbanas e rurais. No aspecto da saúde, a redução do uso de agrotóxicos e a produção de alimentos orgânicos têm impactos positivos na saúde dos consumidores e dos agricultores. Estudos mostram que a exposição a agrotóxicos está associada a diversos problemas de saúde, incluindo câncer e doenças neurológicas. A agroecologia, portanto, contribui para a prevenção desses problemas.

A articulação com outros movimentos e redes também é fundamental para o sucesso das práticas agroecológicas. A agroecologia não se limita ao campo; ela se conecta com movimentos urbanos e redes de comercialização, fortalecendo a soberania alimentar nas cidades. Os assentamentos agroecológicos participam de feiras orgânicas, cooperativas e grupos de consumo responsável, fornecendo alimentos saudáveis para as periferias urbanas. Além disso, ações como a Campanha Periferia Viva e a Campanha Nacional de Doação de Alimentos do MST mostram como a agroecologia pode ser uma ferramenta de solidariedade e resistência em tempos de crise.

Em 2020, por exemplo, o MST doou mais de 365 toneladas de alimentos orgânicos para comunidades carentes, demonstrando a capacidade produtiva dos assentamentos agroecológicos. Além disso, mais de 3.370 toneladas de alimentos foram doadas por movimentos socioterritoriais durante a pandemia, com destaque para o MST, que realizou 65% dessas ações. Essas ações evidenciam o compromisso dos assentamentos com a agroecologia e a Reforma Agrária Popular, contribuindo para um modelo agrícola justo, sustentável e solidário.

Em síntese, as práticas agroecológicas nos assentamentos são fundamentais para a construção de um modelo agrícola sustentável e justo. Ao detalhar os alimentos produzidos, as políticas públicas envolvidas, as técnicas de cultivo e os impactos sociais e ambientais, é possível evidenciar a importância dessas práticas para a soberania alimentar e a luta por um sistema alimentar mais justo e saudável. A inclusão de dados

quantitativos e estudos de caso específicos, como o do assentamento Emiliano Zapata, ajuda a ilustrar a realidade dos assentamentos agroecológicos no Brasil, mostrando como eles são capazes de produzir alimentos saudáveis, gerar renda e preservar o meio ambiente, mesmo diante dos desafios impostos pelo modelo neoliberal e pelo agronegócio.

As famílias do assentamento participam da comercialização de seus produtos por meio de mercados locais, feiras e no CEASA (Centrais de Abastecimento). Esse cenário produtivo foi fortalecido com a criação da Coopercampra, uma cooperativa do MST fundada em 2022 e composta pelas famílias do assentamento. Antes de consolidar-se como cooperativa, as famílias já atuavam de forma organizada por meio da Acampra (Associação Camponesa de Produção da Reforma Agrária), localizada no município de Uberlândia, que serviu como base para a estruturação da cooperativa. A Coopercampra representa um avanço na organização coletiva, permitindo que as famílias ampliem sua capacidade de produção, comercialização e acesso a políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Como afirma Engelmann (2018, p. 112), "o PNAE é uma das principais políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da soberania alimentar". A luta por direitos fundamentais, como acesso à terra, água e políticas públicas, evidencia a dimensão política do território. O MST desempenha um papel crucial nessa luta, promovendo justiça social e ambiental por meio da defesa da Reforma Agrária Popular e da agroecologia. Como afirma Fernandes (2005, p. 78), "a luta pela terra no Brasil é marcada por conflitos que refletem as desigualdades estruturais do capitalismo no campo". Essa luta não se limita à conquista da terra, mas também à garantia de condições dignas para a produção e a vida no campo, incluindo o acesso a recursos hídricos e a políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar.

Apesar dos desafios, os moradores do assentamento buscam práticas sustentáveis que conciliem a produção agrícola com a preservação ambiental. A adoção de técnicas agroecológicas, como rotação de culturas, adubação verde e controle biológico de pragas, demonstra o compromisso das famílias com um modelo de desenvolvimento rural que respeita a natureza e promove a soberania alimentar. Como destacam Caporal e Costabeber (2004, p. 45), "a agroecologia se opõe à lógica da Revolução Verde, priorizando a diversidade agrícola e os saberes tradicionais". No entanto, a falta de apoio técnico e financeiro por parte do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e da prefeitura local dificulta a consolidação plena desse modelo. Como

destacam Vinha e Schiavinatto (2015, p. 188), "a ausência de políticas públicas consistentes e o desmonte de programas como o PAA e a PNAPO fragilizam a capacidade de resistência e inovação dos assentamentos agroecológicos". Essa falta de apoio reflete-se em desafios como a dificuldade de acesso a crédito rural, assistência técnica especializada e infraestrutura básica, como estradas e sistemas de irrigação.

Apesar dessas limitações, as famílias do assentamento seguem resistindo e construindo alternativas viáveis, como a organização em cooperativas e a participação em redes de comercialização solidária. Essas iniciativas mostram que, mesmo diante das adversidades, é possível construir um modelo de desenvolvimento rural sustentável, baseado na agroecologia e na justiça social, que beneficie tanto o campo quanto a cidade. Como afirma Saquet (2007, p. 32), "o território camponês é um espaço de construção social, onde se desenvolvem práticas que refletem a identidade e a autonomia das comunidades". Essas práticas reforçam a importância da organização coletiva e da luta por um modelo agrícola que valorize a vida, a natureza e a justiça social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Assentamento Emiliano Zapata mostra que, apesar de quatro décadas de luta do MST e alguns avanços em políticas públicas, a reforma agrária no Brasil permanece incompleta. A concentração de terras persiste, e a falta de infraestrutura, crédito e assistência técnica dificulta a consolidação dos assentamentos.

Ainda assim, o Assentamento Emiliano Zapata demonstra que a organização coletiva e as práticas agroecológicas podem construir um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável. Para que a reforma agrária seja efetiva, é essencial ir além da distribuição de terras, com políticas públicas que garantam condições dignas de vida e trabalho no campo.

Em resumo, sem um compromisso estruturado entre movimentos sociais, Estado e sociedade, a reforma agrária seguirá como uma promessa não cumprida, incapaz de enfrentar as desigualdades fundiárias no Brasil.

Referências

ALETEJANO, Paulo Roberto R. As Políticas de Assentamentos Rurais do Governo FHC e os Desafios da Reforma Agrária no Brasil do Século XXI. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 45, n. 2, p. 345-370, 2007.

BRASIL DE FATO. 40 Anos do MST: Como Foi o Nascimento do Movimento de Camponeses em Cascavel (PR). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/01/28/40-anos-do-mst-como-foi-o-nascimento-do-movimento-de-camponeses-em-cascavel-pr/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL DE FATO. MST Propõe Assentar Famílias em 6 Milhões de Hectares de Terras de Devedores da União. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/18/mst-propoe-assentar-familias-em-6-milhoes-de-hectares-de-terras-de-devedores-da-uniao>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL ESCOLA. A Questão Agrária no Brasil. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/questao-agraria-no-brasil.htm>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL ESCOLA. MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/mst.htm>. Acesso em: 8 mar. 2025.

BRASIL ESCOLA. Reforma Agrária. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/reforma-agraria.htm>. Acesso em: 8 mar. 2025.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.

DATALUTA/NATERRA. Banco de Dados da Luta pela Terra. Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), 2020.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Organização: Maria Cecília de Souza Minayo. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

ENGELMANN, S. Reforma Agrária Popular: um projeto para o Brasil. In: MST. *Programa Agrário do MST: luta e construção da Reforma Agrária Popular!* São Paulo: MST, 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O MST e as Reformas Agrárias no Brasil. *Revista NERA*, v. 8, n. 7, p. 7-25, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Território, teoria e política. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/1ccr/pnae.html>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FOLHA DE S.PAULO. Reforma Agrária, Invasões, Massacre de Carajás, CPI: Veja a Trajetória de 40 Anos do MST. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/reforma-agraria-invasoes-massacre-de-carajas-cpi-veja-a-trajetoria-de-40-anos-do-mst.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2025.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. Linhas do Tempo: Reforma Agrária. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://fundacaoofhc.org.br/linhasdotempo/reforma-agraria/>. Acesso em: 23 mar. 2025.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Atlas da Questão Agrária Brasileira e Cartografia Geográfica Crítica. São Paulo: Expressão Popular, 2020. Disponível em: <http://www.atlasbrasilagrario.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2023.

GUIDUCCI FILHO, Edson. Políticas Fundiárias dos Governos Fernando Henrique Cardoso: Reformismo Institucional, Conciliação e Capitulação. Tese de Pós-Graduação, Universidade de São Paulo, 2003.

IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/02_00_Texto.pdf. Acesso em: 8 mar. 2025.

ICL NOTÍCIAS. MST Contesta Dados do Governo. Disponível em: <https://iclnoticias.com.br/mst-contesta-dados-do-governo/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

INCRA. Dados sobre Assentamentos Rurais. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em: 8 mar. 2025.

LE MONDE DIPLOMATIQUE. A Desigualdade Agrária no Brasil: O Caso do Centro Paulo Freire. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-desigualdade-agraria-no-brasil-o-caso-do-centro-paulo-freire/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MST. Nossa História. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MST. Número de Famílias Assentadas para Fins de Reforma Agrária Vem Caindo. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/04/20/numero-de-familias-assentadas-para-fins-de-reforma-agraria-vem-caindo/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MST. O Governo Lula Foi o Que Mais Assentou Famílias na História do Brasil. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/30/o-governo-lula-foi-o-que-mais-assentou-familias-na-historia-do-brasil/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

MST. Quem Somos. Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 8 mar. 2025.

OLIVEIRA, Luiz Carlos de. Legislação Ambiental e a Criação de Assentamentos Rurais: Os Dilemas dos Projetos de Assentamento Emiliano Zapata e Flávia Nunes, Uberlândia - MG. *Revista de Geografia Agrária*, v. 12, n. 3, p. 45-60, 2018.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIEIRA, Wesley Alves. A Territorialização do MST no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: O Assentamento Emiliano Zapata no Contexto das Políticas Públicas: (Des)Encontros, Desafios e Conquistas. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

VINHA, J. F. S. C.; SCHIAVINATTO, M. Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 18, n. 26, ed. esp., p. 188-203, 2015.